Cidadania e Associativismo pelo Património

Assim foi o Fórum do Património 2019

Lia Nunes | Pedra & Cal

Dos cerca de 70 participantes, 24 eram representantes ou filiados de ONG do Património. O evento demonstrou as dinâmicas possíveis que se abrem para os atores interessados na defesa do Património, com uma comissão organizadora constituída por quatro associações de defesa do Património: a APRUPP, representada por Alice Tavares, que coordenou; a APAC, representada por Joana Pinho; a APAI, representada por Sofia Macedo; o GECoRPA, representado por Vítor Cóias; e ainda a própria Universidade de Aveiro, representada por Aníbal Costa.

Sob o lema "Cidadania e Associativismo pelo Património", realizou-se na Sala de Atos da Universidade de Aveiro, em 14 de novembro, o Fórum do Património 2019.

A APRUPP – Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património; a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e o GECoRPA – Grémio do Património foram os organizadores do Fórum, com o apoio da Universidade de Aveiro. A participação pública, descentralização, capacitação das ONG e ensino, formação e qualificação foram os quatro temas do evento que contou com o contributo de um orador principal e de um painel constituído por um número variável de participantes. A comissão organizadora agradece os contributos dos oradores e membros dos painéis bem como o acolhimento proporcionado pela Universidade de Aveiro ■

TEMA I

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Os cidadãos são os beneficiários por excelência do património cultural, e, ao mesmo tempo, os agentes potencialmente mais poderosos da sua salvaguarda. No entanto, a ação dos cidadãos em prol da conservação do património cultural, mesmo ao nível estritamente local, dificilmente surtirá efeito se não for exercida coletivamente, através do associativismo.

A ação das associações, enquanto facilitadoras da apropriação do património por parte das comunidades, terá, por seu turno, de ser articulada com a de outros agentes, dentre os quais se destacam imediatamente as autarquias. As associações de defesa do património e as autarquias completam-se mutuamente quando o objetivo é pôr de pé projetos de salvaguarda e valorização do património cultural: as primeiras possuem o conhecimento tradicional e a ligação às comunidades locais, as segundas detêm os necessários recursos organizacionais e financeiros. As universidades e politécnicos, detentores do conhecimento científico e tecnológico, e os meios de comunicação social, capazes veicular para o grande público a ação dos movimentos associativos, são os outros dois atores essenciais da cidadania do património cultural.

Para que a participação pública seja efetiva, os cidadãos e as suas associações não devem ser ouvidos apenas nos períodos para tal previstos na Lei, antes deverão poder acompanhar o processo decisório ao longo de todo o seu desenvolvimento, logo desde a sua génese, sobretudo quando está em causa o património cultural. Importa também que tal participação seja responsável, esclarecida e, sempre que possível, colaborante.

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019
Tema I
Participação Pública

Moderadora:
Maria José Santana (Jornal Público)

Oradores:
Luís Rocha, Brigitte Capeloa, Alice Tavares (UA/APRUPP)

Fernando Madeira (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Mira)

Dina Ramos (Universidade de Aveiro)

Delfim Bismarck, (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha)

Luís Tarroso Gomes (Plataforma Salvar a Fábrica Confiança)

David Iguaz (Movimento Juntos Pelo Rossio)

Sónia Filipe (ADERAV – Assoc. para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro)

TEMA II

DESCENTRALIZAÇÃO

Uma ainda grande indefinição relativamente ao diploma da descentralização é a principal conclusão da discussão sobre este tema. Indefinição nas formas, mas sobretudo indefinição nos meios alocados à transferência de competências na área do património para as autarquias. Não sendo um processo essencialmente negativo ou redutor para o património cultural, uma vez que vem formalizar o que, em alguns casos já é uma prática, a transferência de competências no domínio do património cultural para as autarquias deve vir acompanhada de meios técnicos e financeiros para uma correta operacionalização.

A questão principal reside, porém, numa indefinição relativamente a um quadro estratégico nacional, não estando claro de que forma os diplomas apresentados respeitam a uma estratégia portuguesa para o património cultural, correndo o risco da descentralização recentemente iniciada se resumir a um quadro de ações práticas, que vem esvaziar a existência de uma política nacional para o património cultural.

A questão do turismo associada às práticas patrimoniais merece especial atenção pelas estratégias excessivamente mercantilistas.

Face ao desconhecimento das capacidades técnicas, humanas e financeiras dos municípios para executar a política de salvaguarda do património, a sociedade civil é chamada a uma ação ainda mais vigilante, mas sobretudo é interpelada a uma integração nas políticas e estratégias, conformando o que se entende por gestão colaborativa e participativa.

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019
Tema II
Descentralização

Moderadora:
Sofia Macedo (APAI)

Oradores:
Carlos Alberto Figueiredo Costa (CEGOT)

Dália Paulo (Acesso Cultura)

Luís Peres Pereira (ADEPA - Associação de Defesa do Património da Região de Alcobaça)

Rafaela Mapril Gonçalves (Projeto Cultural do Freixo da Serra)

TEMA III

CAPACITAÇÃO DAS ONG

As associações ligadas à preservação, divulgação e valorização do património cultural, assim como as instituições da sociedade civil com as mesmas finalidades, podem ter um papel ativo que supere os seus contextos de ação e devem trabalhar de forma concertada, entre si e com outras instituições.

Capacitar as ONG, os seus profissionais e voluntários, são questões prementes e desafiantes dada a especialização do mundo atual. As parcerias, nomeadamente, entre as diferentes associações e instituições da sociedade civil e entre estas e os estabelecimentos de ensino e formação, centros de investigação, institutos de emprego, entre outros, podem potenciar a sua ação e o seu respetivo impacto, promover a qualidade técnica dos serviços que podem prestar, qualificar a gestão associativa e ajudar a estabelecer uma voz destas instituições comum que possibilite a negociação em diferentes contextos e temáticas.

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019
Tema III
Capacitação das ONG

Moderadora:
Patrícia Monteiro (Universidade de Lisboa)

Oradores:
Filipe Pinto (Universidade Católica Porto)

Pedro Flor (Associação Portuguesa de Historiadores da Arte)

Carlos Filipe (CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património)

Adélio Amaro (CEPAE – Centro de Património da Estremadura)

Sandra Saldanha Costa (Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja)

TEMA IV

ENSINO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Dada a maior exigência da reabilitação do edificado antigo e do património cultural construído, torna-se necessário que os agentes envolvidos, quer ao nível do projeto e da fiscalização, quer ao nível da execução das obras, cumpram requisitos complementares de qualificação. Tais requisitos devem basear-se sobretudo na presença nos efetivos das empresas, desde os operários aos quadros superiores, de recursos humanos adequadamente qualificados, nomeadamente em áreas como as construções antigas e a conservação e restauro, recomendando-se para os quadros superiores, a criação de especializações em Conservação e Reabilitação do Património.

Constata-se, portanto, a necessidade de rever o regime de acesso e permanência na atividade da construção civil e obras públicas e criar regimes equivalentes para as atividades de projeto e fiscalização, ou recorrer a outras soluções que permitam assegurar a adequada capacidade técnica dos agentes, dentre as quais se destacam os sistemas de qualificação.

Devido ao atual clima de facilitismo no setor da construção e ao estigma das profissões da construção, em particular ao nível dos operários e quadros intermédios, existem graves carências de pessoal qualificado a estes níveis e, ao mesmo tempo, um subaproveitamento da oferta formativa e da respetiva estrutura, quer por parte das empresas do setor quer por parte da população jovem.

Para além de serem essenciais para a qualidade intervenções, as medidas acima preconizadas contribuirão para a dignificação e empregabilidade das profissões envolvidas e para o reforço, nos setores em apreço, dos efetivos de mão-de-obra qualificada.

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019
Tema IV
Ensino, formação e qualificação

Moderador:
Vasco Peixoto de Freitas (FEUP)

Oradores:
Vítor Cóias (GECoRPA)

Soraya Genin (ICOMOS Portugal / ISCTE-IUL)

Carlos Miranda (CICCOPN)

Luís Ferreira (CICCOPN)

Margarida Alçada (InCidades)

FRASES-CHAVE DO FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019

O projeto da comunidade do Seixo é recuperar o saber-fazer do adobe de cal, como símbolo da identidade dum povo e duma região.

Luís Rocha (Associação Cultural e Recreativa do Seixo)

As câmaras podem organizar, podem promover, mas para realizar são precisas pessoas que tenham ligação e paixão pelo seu território.

Fernando Madeira (Câmara Municipal de Mira)

No caso da Câmara de Albergaria-a-Velha existe já uma colaboração estreita com as associações de defesa do património, nomeadamente no caso da Rota dos Moinhos.

Delfim Bismarck (Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha)

As associações de defesa do património são palcos privilegiados para a animação cultural e para ligação entre as estruturas centrais da administração e da tutela e as comunidades locais.

Sónia Filipe (ADERAV)

Continuamos a fazer parcerias. São as parcerias que fazem acontecer coisas.

Adélio Amaro (CEPAE – Centro de Património da Estremadura)

Falta uma estratégia associativa federada. Falta-nos dimensão.

Carlos Filipe (CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património)

A dificuldade de financiamento é a principal preocupação identificada pelas ONG.

Filipe Pinto (ATES – Universidade Católica do Porto)

Ao olhar para o diploma da descentralização de competências na cultura, a [nossa] preocupação é que o Estado demite-se completamente do património que não tem capacidade para viver por si.

Dália Paulo (Acesso Cultura)

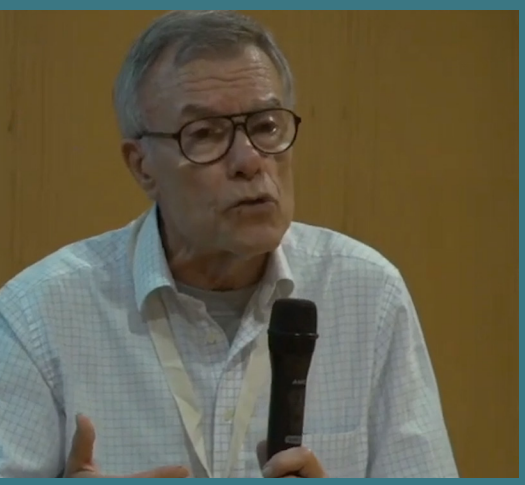
A administração local do património tem um valor muito importante que é a democratização cultural: o acesso à cultura das populações, das novas gerações...

Alberto Guerreiro (ADEPA – Associação de Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça)

Nunca é demais realçar a importância da educação para o património. Não importa qual o nível (educação universitária, formação profissional ou saber-fazeres tradicionais). O problema é que é sensibilização obriga a um trabalho de uma enorme persistência e resiliência.

Vasco Freitas (GECoRPA)

DIVERSOS MOMENTOS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE NO FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019



FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2019
Organização:
Apoios:

Organização:
Apoios: